

## COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

### ATA NÚMERO VINTE E UM

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte, pelas dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões número um do Palácio de S. Bento, reuniu a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.ª Parte

Audição da **Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)**

**Requerimento do PCP - Sobre tarifas energéticas no quadro das medidas extraordinárias de resposta à situação económica e social resultante do surto de COVID-19;**

**Requerimento do BE - Sobre a dimensão dos ganhos dos comercializadores de eletricidade resultantes da pandemia Covid19 e a forma adequada de os tributar**

#### 2.ª Parte

**1 - Aprovação das Atas n.º 19 e 20**

**2 - Projetos de Resolução**

**Discussão:**

**[Projeto de Resolução 261/XIV/1 \(BE\)](#)** - *Recomenda o controle rigoroso dos **aterros** e medidas tendentes à garantia da redução drástica de resíduos canalizados para aterro em Portugal*

**[Projeto de Resolução 288/XIV/1 \(PAN\)](#)** - *Recomenda ao Governo a redução da deposição de resíduos em **aterro** e o encerramento de todos os aterros que não cumpram os requisitos de exploração*

**[Projeto de Resolução 305/XIV/1 \(PEV\)](#)** - *Privilegiar a política dos 3 «R» em detrimento das soluções de fim de linha*

**[Projeto de Resolução 319/XIV/1 \(PCP\)](#)** - *Reforço da Informação, Inspeção e Monitorização das Atividades de Gestão de Resíduos e condicionamento da deposição de resíduos em **aterro**.*

**[Projeto de Resolução n.º 431/XIV/1 \(PS\)](#)** - *Recomenda ao Governo que assegure a qualidade de serviço dos **aterros** em Portugal*

**[Projeto de Resolução n.º 463/XIV/1 \(PSD\)](#)** - *Recomenda ao Governo que promova uma ampla avaliação aos sistemas de gestão de resíduos urbanos em todo o país, com vista a corrigir as inconformidades que comprometem e poderão comprometer a eficiência do setor e a qualidade de vida das populações*

**[Projeto de Resolução n.º 264/XIV/1 \(BE\)](#)** - *Recomenda a modernização da rede de monitorização da **qualidade do ar***

**[Projeto de Resolução n.º 287/XIV/1 \(PAN\)](#)** - *Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a melhoria da **qualidade do ar** a nível nacional*

**Projeto de Resolução n.º 320/XIV/1 (PCP)** - *Reforço da Informação, Monitorização e Caracterização da **Qualidade do Ar** Ambiente em Portugal*

**Projeto de Resolução n.º 410/XIV/1 (PSD)** - *Recomenda ao Governo a revisão e modernização da rede de estações e subestações de monitorização da qualidade do ar em Portugal e a elaboração e implementação dos Planos de Melhoria da **Qualidade do Ar** previstos na Estratégia Nacional para a Qualidade do Ar, bem como a elaboração de um Plano Anual de mitigação dos impactos causados pela poluição atmosférica com vista a garantir a melhoria da qualidade do ar em todo o território nacional*

**Projeto de Resolução n.º 474/XIV/1 (PS)** - *Recomenda ao Governo que promova a melhoria da **qualidade do ar** em Portugal*

**Projeto de Resolução n.º 434/XIV/1 (BE)** - ***Transição ecológica**: a resposta à crise pandémica, social e económica*

**Projeto de Resolução n.º 439/XIV/1 (BE)** - *Incentivo aos modos ativos de **transporte** durante e após o período de pandemia **para a proteção do ambiente e do espaço público***

**Projeto de Resolução n.º 444/XIV/1 (PAN)** - *Recomenda ao Governo que efetue uma **transição económica e social sustentável** no decurso da crise da Covid-19*

**Projeto de Resolução n.º 452/XIV/1 (PEV)** - *Garantia de aumento da oferta de **transportes públicos**, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a **utilização da bicicleta***

**Projeto de Resolução n.º 430/XIV/1 (PEV)** - *Recomenda ao **Governo que não resgate grandes indústrias poluentes** no período de influência da Covid-19 e no relançamento da economia*

**Projeto de Resolução n.º 447/XIV/1 (PAN)** - *Recomenda ao **Governo que não apoie indústrias poluentes** no âmbito da crise da Covid-19*

#### **Especialidade / texto único**

**Projeto de Resolução 405| XIV| 1 (PEV)** - *Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de deposição de resíduos, como máscaras e luvas protetoras*

**Projeto de Resolução 417| XIV| 1 (PSD)** - *Recomenda ao Governo a criação e ampla divulgação de uma campanha de comunicação destinada à sensibilização das populações para o correto acondicionamento e depósito dos resíduos domésticos*

**Projeto de Resolução 418| XIV| 1 (BE)** - *Campanha nacional de sensibilização sobre a correta deposição de resíduos de materiais de proteção individual contra a pandemia de Covid-19 e, quando possível, o recurso a materiais reutilizáveis*

**Projeto de Resolução 424| XIV| 1 (PAN)** - *Pela realização de uma campanha de informação nacional sobre a deposição de resíduos utilizados na prevenção da atual crise sanitária*

**Projeto de Resolução 425| XIV| 1 (PS)** - *Recomenda ao Governo que promova boas práticas relativamente aos equipamentos de proteção individual para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus (SARS-CoV-2)*

**3** - Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audições de várias entidades sobre Biomassa (**Carlos Alegria**, presidente da APEB e promotor das centrais do Fundão, Viseu e Oliveira de Azeméis, **Presidente da Câmara Municipal do Fundão**, **Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal** e **Filipe Duarte Santos**, Presidente do CNADS e especialista na sustentabilidade da biomassa)

#### 4 - Outros assuntos

##### - Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Ana Passos (PS); André Pinotes Batista (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Ricardo Pinheiro (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Daniel Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc)

##### - Suplentes:

Ana Maria Silva (PS); João Miguel Nicolau (PS); Maria da Luz Rosinha (PS); Miguel Matos (PS); António Lima Costa (PSD); Filipa Roseta (PSD); João Gomes Marques (PSD); Jorge Costa (BE);

##### - Faltas:

João Gonçalves Pereira (CDS/PP);

O Senhor Presidente, **Deputado José Maria Cardoso (BE)**, deu início à primeira parte da reunião dando as boas vindas à Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Portugal, Presidente do Conselho de Administração da ERSE, ao Dr. Pedro Verdelho, Vogal do Conselho de Administração da ERSE e à Dr.<sup>a</sup> Ana Figueiredo, Assessora de Comunicação, agradecendo à ERSE por ter aceite o convite da Comissão. Explicitou a metodologia que iria ser seguida durante a audição, que iniciou com a apresentação dos requerimentos que lhe deram origem.

O Senhor **Deputado Duarte Alves (PCP)** apresentou o requerimento do PCP, e o Senhor **Deputado Jorge Costa (BE)** apresentou o requerimento do BE.

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra à **Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Portugal**, Presidente do Conselho de Administração da ERSE, para uma [intervenção inicial](#) sobre a matéria.

Na única ronda de intervenções dos Grupos Parlamentares, participaram as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados, **Ricardo Pinheiro (PS)**, **Nuno Carvalho (PSD)**, **Jorge Costa (BE)**, **Duarte Alves (PCP)**, **Mariana Silva (PEV)** e **Joacine Katar Moreira (NINSC)** para solicitar esclarecimentos.

A resposta às questões colocadas foi repartida entre a **Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Portugal** e o **Dr. Pedro Verdelho**, a pedido daquela.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Entrando na segunda parte da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou as atas n.ºs 19 e 20 a apreciação da Comissão, tendo o senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** solicitado que ficasse explicitado na ata n.º 20 que, após a sua interpelação à mesa para pedir que o Senhor Ministro do Ambiente e Acção Climática usasse o remanescente do seu tempo para responder a algumas das questões colocadas, nomeadamente pelo Grupo Parlamentar do BE, o Senhor Ministro prescindiu do mesmo por considerar que já havia respondido. Pediu ainda que na 2.<sup>a</sup> Ronda de intervenções fosse incluída a indicação de que a Senhora Deputada Maria Manuel Rola e ele próprio fizeram intervenções.

Por sua vez, a Senhora **Deputada Raquel Ferreira (PS)** deu indicação à mesa de que a sua intervenção incidia sobre a requalificação da Lagoa da Vela e não sobre a sua qualificação.

Após a introdução dos incisos sugeridos na ata n.º 20, foram as atas n.ºs 19 e 20 submetidas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão a possibilidade de a discussão dos Projetos de Resolução ser feita por temas, como proposto na ordem do dia, proposta de metodologia que mereceu a anuência da Comissão.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** solicitou, todavia a desagregação dos [Projeto de Resolução n.º 439/XIV/1 \(BE\)](#) - *Incentivo aos modos ativos de **transporte** durante e após o período de pandemia **para a proteção do ambiente e do espaço público*** e [Projeto de Resolução n.º 452/XIV/1 \(PEV\)](#) - *Garantia de aumento da oferta de **transportes públicos**, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a **utilização da bicicleta***, dos [Projeto de Resolução n.º 434/XIV/1 \(BE\)](#) - *Transição ecológica: a resposta à crise pandémica, social e económica* e [Projeto de Resolução n.º 444/XIV/1 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que efetue uma **transição económica e social sustentável** no decurso da crise da Covid-19* de modo a formarem dois grupos distintos. A proposta mereceu a aprovação da Comissão, tendo o Senhor **Deputado André Silva (PAN)**, solicitado o adiamento da discussão dos dois Projetos de Resolução relacionados com a matéria dos transportes, nos termos do n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento da Comissão, uma vez que o seu Grupo Parlamentar tinha solicitado a baixa à 11.ª Comissão de um Projeto de Resolução do PAN sobre a mesma matéria, que havia sido distribuído à 6.ª Comissão. Sugeriu que a Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (NINSC) solicitasse também a redistribuição da sua iniciativa sobre a mesma matéria que também se encontrava na 6.ª Comissão, à 11.ª Comissão, por forma a que todos os Projetos de Resolução pudessem ser discutidos em conjunto na próxima reunião da Comissão.

O Senhor Presidente informou a Comissão que a Senhora **Deputada Joacine Katar Moreira (NINSC)**, que se encontrava a fazer uma intervenção noutra Comissão, lhe transmitiu que pretendia solicitar o adiamento dos Projetos de Resolução sobre os aterros, bem como os projetos de resolução sobre a qualidade do ar, o que punha à consideração da Comissão, uma vez que o Regulamento da Comissão é omissivo quanto à possibilidade de uma Deputada Não Inscrita poder exercer esse direito, reportando-se apenas a Grupos Parlamentares.

Sobre a questão colocada pronunciaram-se os Senhores **Deputados Ricardo Pinheiro (PS), Bruno Coimbra (PSD), Nelson Peralta (BE), André Silva (PAN), Alma Rivera (PCP) e Mariana Silva (PEV)**, que anuíram ao adiamento, com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP, PEV, e as abstenções do BE e PAN, encontrando-se ausente o CDS-PP e a NINSC, mas solicitaram uma clarificação desta questão por parte dos serviços, para que a mesma ficasse solucionada para o futuro.

Os Senhores **Deputados Bruno Coimbra (PSD) e André Silva (PAN)**, acrescentaram que, numa primeira abordagem, consideravam que, se viesse a ser entendido que a Senhora Deputada Não Inscrita podia exercer esse direito, que o mesmo se deve incluir nos 3

adiamentos previstos como número máximo de adiamentos de uma matéria, no Regulamento da Comissão.

A reunião prosseguiu com a discussão dos [Projeto de Resolução n.º 434/XIV/1 \(BE\)](#) - *Transição ecológica: a resposta à crise pandémica, social e económica* e [Projeto de Resolução n.º 444/XIV/1 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que efetue uma **transição económica e social sustentável** no decurso da crise da Covid-19.*

O Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE foi apresentado pelo senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)**. Referiu que a redução da atividade económica em resultado da crise pandémica e o relançamento da economia na pós-pandemia com recurso a apoios públicos deve ser feita com base em critérios de transição ecologia, criação de emprego e de justiça social. Saliu que a crise pandémica veio acentuar as desigualdades sociais e a destruição de emprego, cujos efeitos negativos devem agora ser mitigados com o relançamento da economia, ao mesmo tempo que provocou um intervalo na emissão de gases efeito estufa, cujos impactos positivos para o ambiente e para a crise climática devem ser transformados em benefícios estruturais com o relançamento da economia. O Grupo Parlamentar do BE considera por isso que o modelo económico existente antes da crise pandémica não pode ser replicado no futuro, sob pena de serem repetidos os mesmos erros do passado que conduziram à crise climática e ao empobrecimento dos trabalhadores. Defende por isso que os apoios públicos destinados ao relançamento da economia devem ficar condicionados à recuperação dos rendimentos do trabalho e à adaptação das empresas a uma transição ecológica. Considera que esta crise pandémica, foi potenciada pela destruição de habitats e pela produção industrial massificada nomeadamente de proteína animal, pelo que o modelo de produção e de consumo existentes antes da crise pandémica requerem igualmente uma adaptação para o futuro, apostando na produção agroalimentar mais localizada, menos massificada e com fontes mais diversificadas, nomeadamente de proteína, desta forma contribuindo para a redução da pegada de carbono, para o aumento da segurança alimentar e satisfação das necessidades das populações de forma sustentável e não para o aumento das necessidades de lucro das empresas. Neste enquadramento, passou a elencar resumidamente as recomendações que o Grupo Parlamentar dirigia ao Governo na sua iniciativa.

O Senhor **Deputado André Silva (PAN)** fez a apresentação do Projeto de Resolução apresentado pelo seu Grupo Parlamentar referindo que o modelo económico que tinha vindo a ser aplicado em Portugal, de produção e extração ilimitada de recursos não podia continuar. Considerou que o plano de recuperação económica da país pós pandemia deve estar assente em políticas de investimento direcionadas para a descarbonização da economia, proteção da biodiversidade e adaptação às alterações climáticas, dado que são estas que permitem salvar vidas e ao mesmo tempo garantir impactos positivos na economia, a independência produtiva do país e maior equidade para todos. Entende que esta transição ecológica deve ser socialmente justa, ficando garantidos os direitos dos trabalhadores. O futuro de um país resiliente e sustentável passa por isso, no entendimento do PAN, pela adoção das medidas concretas que recomenda ao Governo na sua iniciativa e que passou a elencar.

Intervieram na discussão dos dois projetos de resolução as Senhoras e os Senhores Deputados Alexandre Quintanilha (PS), Hugo Carvalho (PSD) e Alma Rivera (PCP), que debateram o conteúdo dos Projetos de Resolução nos seguintes termos:

O Senhor **Deputado Alexandre Quintanilha (PS)** disse que os dois projetos de resolução se complementavam e que iam de encontro com aquela que tem vindo a ser a ação governativa, a qual, aliás, está alinhada com o Pacto Ecológico Europeu, apostado em alcançar a neutralidade carbónica em 2050 e ao mesmo tempo na criação de riqueza e bem-estar através de projetos promotores da mobilidade sustentável, da bio economia, economia circular e uso eficiente de recursos, bem como da adaptação e valorização do território e do seu capital natural. Referiu que ao nível da floresta e da agricultura, muitas das recomendações que são apresentadas nas iniciativas já estavam em curso por ação do Governo, tais como o Programa Nacional de Ordenamento do Território e a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica que estão em linha com políticas europeias como a PAC, o "Green Deal" e o "FARM TO FORK". Identifica como desafios futuros aos quais deve ser dada resposta: o armazenamento da energia, a diversificação das fontes de energia, o papel dos oceanos, o aproveitamento da engenharia genética das plantas para poupar água e aumentar o seu valor nutritivo e as mega cidades enquanto ambientes privilegiados para a propagação de doenças infecciosas. Disse que o Grupo Parlamentar do PS considera que estas respostas devem ser dadas numa futura Lei de Bases do Clima, que deseja ser aberta a um debate profundo com todos os "stakeholders", com o envolvimento das várias Comissões com competência nestas matérias.

O **Deputado Hugo Carvalho (PSD)** referiu que o seu grupo parlamentar saudava ambas as iniciativas, porquanto, o que os Portugueses mais desejam é uma recuperação sustentável da economia, que defende dever ser feito através de um investimento público verde. Deste modo, embora discordasse em concreto com algumas das recomendações constantes das iniciativas, reconheceu e concordou genericamente com os princípios importantes que lhes estavam subjacentes.

A **Senhora Deputada Alma Rivera (PCP)** manifestou discordância com a abordagem generalista e ampla com que ambas as iniciativas foram apresentadas, as quais poderiam ser facilmente reduzidas a uma única recomendação consubstanciada na mudança da política económica do País e na reorganização da sociedade Portuguesa, assente na premissa de que o capitalismo não é verde. Discordou em concreto com a recomendação do PAN relacionada com o teletrabalho, na medida em que são conhecidos os abusos por parte das entidades patronais sobre os trabalhadores ao nível dos horários, carga laboral e mesmo invasão da sua privacidade. Discordou também com as recomendações que condicionavam a atribuição de apoios estatais apenas às empresas que caminhassem para uma transição ecológica, e com aquelas que faziam referência à Banca, na medida em que o PCP defende que o Estado deve recuperar o controlo do setor bancário para poder fazer investimentos sustentáveis. Por último, referiu que as propostas relacionadas com os circuitos curtos ou cadeias curtas de produção parecem omitir as imposições da União Europeia, que pugnam por um circuito inverso.

Em resposta à Senhora Deputada do PCP, o Senhor **Deputado André Silva (PAN)** referiu que o seu grupo parlamentar defende o recurso ao teletrabalho devidamente regulamentado, precisamente para evitar abusos por parte das entidades patronais, dado que ao evitar a deslocação destes trabalhadores para seu o local de trabalho estariam a contribuir para a descarbonização da economia. Terminou afirmando que se o capitalismo não é verde, o modelo económico da China e que o PCP defende também está longe de o ser. Também em resposta à Senhora Deputada do PCP, o senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** afirmou que

não sendo o capitalismo verde, o seu grupo parlamentar defende e pugna por um socialismo verde.

A discussão dos [Projeto de Resolução n.º 430/XIV/1 \(PEV\)](#) - *Recomenda ao Governo que não resgate grandes indústrias poluentes no período de influência da Covid-19 e no relançamento da economia* e [Projeto de Resolução n.º 447/XIV/1 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que não apoie indústrias poluentes no âmbito da crise da Covid-19*, foi igualmente adiada, nos termos do n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento da Comissão, a pedido do Senhor **Deputado André Silva (PAN)**.

Pese embora o Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** tenha discordado do adiamento, na medida em que a matéria neles abordada se encontrava vertida no Projeto de Resolução do BE acabado de discutir, ao qual o senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** respondeu não concordar, porquanto considerava que os Projetos de Resolução discutidos produziam efeitos mediatos, enquanto estes não.

Seguiu-se a apreciação da proposta de fusão dos [Projeto de Resolução 405| XIV| 1 \(PEV\)](#) - *Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de deposição de resíduos, como máscaras e luvas protetoras*

[Projeto de Resolução 417| XIV| 1 \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo a criação e ampla divulgação de uma campanha de comunicação destinada à sensibilização das populações para o correto acondicionamento e depósito dos resíduos domésticos*

[Projeto de Resolução 418| XIV| 1 \(BE\)](#) - *Campanha nacional de sensibilização sobre a correta deposição de resíduos de materiais de proteção individual contra a pandemia de Covid-19 e, quando possível, o recurso a materiais reutilizáveis*

[Projeto de Resolução 424| XIV| 1 \(PAN\)](#) - *Pela realização de uma campanha de informação nacional sobre a deposição de resíduos utilizados na prevenção da atual crise sanitária*

[Projeto de Resolução 425| XIV| 1 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que promova boas práticas relativamente aos equipamentos de proteção individual para efeitos de prevenção do contágio do novo coronavírus (SARS-CoV-2),*

Preparada pelos Serviços de Apoio à Comissão, que foi submetido à apreciação da Comissão.

O **Senhor Deputado Nelson Peralta (BE)** solicitou que fosse inserido no ponto 2 da proposta a menção aos media tradicionais e digitais, nacionais e **locais**, conforme consta da al. b) do n.º 1 do Projeto de Resolução do BE.

A senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)** sugeriu que no ponto 4, a menção a “entidades” fosse substituída, na medida em que, por ser vaga, parecia desresponsabilizar as empresas.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** sugeriu que fosse substituída pela expressão “operadores económicos locais”, proposta que mereceu a concordância da Comissão.

Submetido à votação a proposta de texto de fusão com os incisos propostos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

A reunião continuou com o ponto três, tendo o Senhor Presidente dado a palavra à Senhora Deputada Joana Bento (PS) para fazer a apresentação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para ouvir em audição várias entidades sobre diversas centrais de biomassa.

A Senhora **Deputada Joana Bento (PS)** explicitou que o mesmo tinha por objetivo informar a população do Fundão, Viseu e Oliveira de Azeméis, sobre o que se está a passar com as centrais de biomassa nestas Regiões, que se queixade muito ruído noturno e poeiras. O requerimento foi submetido à votação e aprovado por unanimidade.

O Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** informou o Senhor Presidente que o Grupo Parlamentar do BE apresentou, naquela manhã, um requerimento sobre a mesma matéria, solicitando que fossem adicionadas às audições requerida pelo PS, a ZERO, O OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE, E A SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS FLORESTAIS, que pedia que fosse igualmente considerado para discussão e votação pela Comissão.

A Senhora **Deputada Mariana Silva (PEV)** disse conhecer as queixas da população que dia e noite e sem qualquer intervalo ao longo do ano, estão sujeitas ao ruído e à poluição destas centrais de biomassa, pelo que considerava pertinente que fossem também ouvidos os movimentos e/ou associações de moradores destas localidades.

Não tendo havido oposição da Comissão à inclusão do requerimento do BE, na Ordem do dia, foi o requerimento submetido à votação e aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente informou que no dia 25 de maio, o PCP deu entrada de um requerimento para ouvir em audição a **IGAMAOT, CCDRA, APA, AAAF, sobre as consequências nefastas do processamento do bagaço de azeitona**, solicitando que o mesmo fosse discutido e votado na reunião, o que punha à consideração da Comissão.

Não havendo oposição, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado João Dias (PCP)** para apresentar o requerimento. Referiu que a cultura intensiva e superintensiva de olival no Alentejo, especialmente do Perímetro do Alqueva, tem dado origem a uma grande produção de bagaço, situação que necessita de ser revista. Disse que em Beja existem 3 unidades de produção e extracção de azeitona, sendo a mais preocupante a de FORTES, dados os impactos ambientais e sobre a saúde pública nefatos e conhecidos, que afetam gravemente a qualidade de vida das populações. Salientou que apesar de a unidade de Fortes já ter sido objeto de várias inspeções e contra ela terem sido levantados vários processos de contraordenação, um dos quais levou à suspensão temporária da sua atividade para que fossem introduzidas melhorias significativas no seu processo de produção, estas se revelam insuficientes perante o que a população está novamente a viver com a retoma em grande escala da sua atividade da unidade de FORTES.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** referiu que na região de Aveiro, esta tem também sido uma preocupação crescente do PSD, que está disponível para assegurar que a atividade económica destas empresas seja feita com recurso às melhores práticas e tecnologias ambientais.

O Senhor **Deputado João Nicolau (PS)** referiu que no entendimento do seu Grupo parlamentar é fundamental existir um equilíbrio entre a qualidade de vida das populações e o

desenvolvimento da atividade económica em condições favoráveis para a saúde pública e para o ambiente, pelo que concondava com o requerimento.

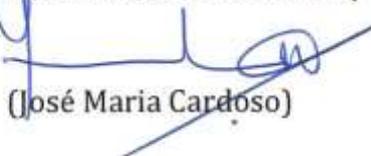
O requerimento foi submetido à votação e aprovado por unanimidade.

Finalmente, no ponto 4 – outros assuntos, o Senhor Presidente informou que se encontrava confirmada a 4.ª audição regimental do Senhor Ministro do Ambiente e Acção Climática para o dia 9 de Junho, pelas 15 horas, e que os serviços estavam a diligenciar no sentido de nesse mesmo dia serem satisfeitos os requerimentos do PSD relativos ao Prédio Coutinho e ao Amianto (esta em conjunto com o Ministro do Estado e das Finanças, por sugestão do SEAP), bem como o requerimento do PAN, sobre a Diretiva Habitats, os quais, todavia, ainda se encontravam pendentes de confirmação.

A reunião foi gravada em áudio, encontrando-se disponível através do link [http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11\\_CAEOT/CAEOT\\_20200527\\_2\\_VC.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200527_2_VC.mp3), dando-se o seu conteúdo aqui por reproduzido, fazendo parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 13 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O Presidente da Comissão,**



(José Maria Cardoso)

CA